

O USO SOCIAL DA INFORMAÇÃO NA PRESERVAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS: AÇÕES DE POLÍTICA PÚBLICA

Simone Rosa de Oliveira¹

Helena Azevedo²

Maria Cristina Guimarães Oliveira³

RESUMO: O presente artigo pretende apresentar considerações a respeito do uso social da informação na construção de políticas públicas culturais, estaduais e municipais, que privilegiem a preservação das manifestações de cultura. Aponta o papel da gestão cultural do Estado com o intuito de contribuir para discussões a respeito da execução de políticas públicas alicerçadas em bases democráticas e com o intuito de fortalecimento da preservação da memória das manifestações culturais. O estudo está em desenvolvimento no mestrado pautando-se na metodologia de estudo de caso com uma abordagem qualitativa. Como resultados iniciais serão apresentados as considerações com base em levantamento bibliográfico e com discussões apoiadas na temática uso social da informação.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura, Ciência da Informação, Políticas Públicas

Introdução

No atual cenário político mundial e local as atividades voltadas à valorização da cultura vêm ganhando destaque - modelos de desenvolvimento democrático e inclusivo são apresentados tendo a cultura como foco visando a valorização de uma política pública estratégica. Este cenário mostra o campo das políticas sociais sendo reestruturado pelas novas políticas do Estado, que buscam se fortalecer por meio de elementos materiais e simbólicos tendo em vista a construção e o fortalecimento da identidade nacional. Aliás, a própria Constituição garante esse direito, como está ilustrado:

Artigo 215 - O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

¹ Mestre em Ciência da Informação na Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: simonerosa.ufpe@gmail.com

² Mestre em Ciência da Informação na Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: helezaazevedo8487@gmail.com

³ Doutora em Serviço Social, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: macol@ufpe.br

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Artigo 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (BRASIL, 2011)

Está implícito a responsabilidade que o poder público tem de salvaguarda do patrimônio, em Pernambuco a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - Fundarpe tem como missão cumprir essa função. A Fundarpe, como órgão de cultura do Estado de Pernambuco, associado ao MINC e ao Programa Mais Cultura, primeiro pela identidade e em segundo pelos recursos advindos através de convênios firmados, tem levado em consideração a cultura como um eixo estratégico para a construção da identidade estatal, especialmente por tratar-se de uma das ferramentas mais eficazes na promoção da cidadania, aliado às políticas culturais plurais, paralelas às já desenvolvidas pelo Estado. Assim, entre seus objetivos encontra-se a valorização da diversidade e das experiências culturais, de uma sociedade tão complexa e heterogênea como a brasileira; apoiar as manifestações culturais que contribuem para a expansão da liberdade de expressão e da criação artística e intelectual; e estimular a concepção de importantes ações culturais. Igualmente ao executar e desenvolver ações que contemplem esta preservação a Fundarpe vai norteando seus passos para a consolidação democrática de políticas culturais – voltadas para a comunidade.

A Fundarpe é uma instituição marcada fortemente por instrumentos culturais tem a informação como elemento ativo, como uma ferramenta relevante para as tomadas de decisão, ora vista sob a ótica do estoque, da armazenagem, ora pela sua capacidade de ser transformada em produtos; inclusive menciona no seu site institucional que: “quando se preserva legalmente e na prática o patrimônio cultural, conserva-se a memória do que fomos e do que somos: a identidade da nação.” (FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO, 2011)

Nesta perspectiva este trabalho apresenta algumas discussões iniciais através de um levantamento bibliográfico, contextualizado numa visão do social, permeada pelo entendimento ao qual Pereira (2008, p.98) se refere “(...) as políticas públicas (...) resultaram de novas relações entre Estado e Sociedade, em que os conceitos de justiça social e equidade tornaram-se menos abstratos”. Uma política unida à vontade pública, com o objetivo de atender às necessidades e aspirações do cidadão.

O papel da informação na gestão cultural do Estado de Pernambuco

A cultura vem sendo considerada pelo poder público como um eixo estratégico de desenvolvimento no planejamento de políticas públicas, embora ainda seja limitado o entendimento daquilo que se encontra transversal na cultura. Nessas circunstâncias, as informações sobre as atividades de produção e serviços de bens culturais para o incremento e fortalecimento dessas políticas são essenciais, mas em sua maioria encontram-se dispersas.

A partir das mudanças na política brasileira, em meados da década de 1990, empresas passaram a financiar projetos de incentivo a cultura contando com o apoio do governo federal, o qual por intermédio do Ministério da Cultura, propõe dedução do imposto de renda aos patrocinadores. Em esfera nacional, esses incentivos repercutiram de forma positiva, impulsionando novos valores à preservação da memória nacional.

Sobre esse assunto é importante registrar que há aproximadamente 20 anos atrás o Brasil iniciava os primeiros passos na chamada economia da informação e da cultura. O conceito de economia baseada no conhecimento e economia da informação é explicitado por Cunha e Cavalcanti (2008, p.138):

Economia baseada no conhecimento – ramo da economia que trata do valor adicionado aos produtos pelo incremento do conteúdo de conhecimento, daí resultando num valor material do produto. Economia da informação – economia em que a maior parte do produto interno bruto é

obtida com a produção, processamento, armazenamento e disseminação da informação e do conhecimento.

Apesar da relevância da temática, a economia da informação se constitui de ações de políticas públicas, articulando agentes e parceiros econômicos numa ação conjunta: municípios e estados como reguladores dessas iniciativas e não simplesmente como patrocinadores dos projetos.

Nesse contexto, a informação ganha um caráter de fenômeno social, principalmente quando tratamos de políticas públicas, onde o Estado se apresenta como realizador de práticas informacionais entre atores políticos e sociais, privados e estatais., ou seja o todo poderoso. Mas, o que é o Estado? Segundo Ham e Hill (1993, p.1): “o Estado pode ser definido tanto em termos das instituições que o formam quanto das funções que estas instituições desempenham” É comum designar política de informação como um conjunto de ações no campo da informação: bibliotecas, museus, arquivos, e-gov, entre outros. Porém, o conceito vai além do conjunto de ações e representa uma prática voltada a definição dos valores administrativos, econômicos, sociais no processo de elaboração e implantação dessas políticas.

O próximo passo para o entendimento do papel da informação na gestão do Estado pauta-se no entendimento do real sentido de política. De acordo com o dicionário de Noberto Bobbio (2011):

No significado clássico e moderno a palavra tem sua origem na palavra grega pólis, mais especificamente na palavra politikós, e que em strictu sensu refere-se ao urbano, o que é civil e social, o que é público, ou seja, relaciona-se com a cidade e a tudo o que lhe diz respeito.

Para Arendt (1998, p. 21): “a política trata da convivência entre diferentes”. Por isso muitas vezes ela tem um caráter conflituoso, percorre caminhos de opiniões diferentes, de disputa de poder, uma luta pelo comando das forças, da conduta, de quem consegue o lado maior da corda. Torna-se importante que nesse entendimento do que é política, fique claro que uma política pública não é pura e exclusivamente do Estado, propriedade estatal, mas ela se denomina de pública porque trata de interesses de todos, “significa um conjunto de ações que resulta ao mesmo tempo de gerência do Estado e sociedade.”

É com Bourdieu (2009) que passamos a compreender a informação do ponto de vista de uma construção social, da reflexão sobre o domínio simbólico. “ O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo...” (BOURDIEU, 2009, p.14)

O uso social da informação na preservação de manifestações culturais de uma comunidade

A FUNDARPE coloca em prática às suas mencionadas expectativas sociais, contemplando comunidades com os pontos de cultura, através do programa Mais Cultura do Governo Federal, por sua vez alicerçado em uma ideologia democrática defendida pelo programa Mais Cultura, que financia parte dessas ações. O resgate cultural se dá, então, nessa busca por propiciar o fortalecimento da cidadania agregando valores às manifestações culturais já existentes numa determinada comunidade. Neste caso, fica evidenciado que o intuito de preservar a manifestação e a identidade cultural de uma comunidade é resultado da compreensão e da importância que a informação e a cultura assumem.

PEREIRA (1999, p. 52) continua com um esclarecimento pertinente que se refere ao social e às transformações ocorridas no entendimento do que vem a ser. Neste artigo ela coloca com clareza a compreensão das “metamorfozes” e na sua nova regulação – do que vem a ser o social – nos novos tempos:

A diferença, contudo, da questão social da fase industrial, em relação à da fase precedente, reside não só na complexidade dos desafios que colocam em xeque a ordem instituída, mas no surgimento de novos atores e conflitos e, conseqüentemente de um novo *status* assumido pelo social no bojo do sistema econômico e da organização política. Ou seja, reside no surgimento de um novo tipo de regulação social que, não conhecendo precedentes na história rege-se pelo estatuto do direito do cidadão e do dever do Estado. A partir daí, o vínculo social e o vínculo cívico se confundem e se afirmam como uma marca que irá caracterizar o conteúdo e a expressão das políticas sociais a partir do final do século XIX.

Ao apreendermos o que a autora explica, entendemos, também, que, a nova visão do social, dos atores e dos conflitos foi dando um norte ao pensamento e diretrizes das políticas sociais necessárias ao desenvolvimento de uma política pública nos moldes atuais. Uma política efetivamente social, que conduza o indivíduo a uma agregação de valores que o remetam à comunidade e ao bem estar social como um todo.

Corroborando o pensamento de Pereira e esclarecendo o social e as novas tendências de valorização Baquero (2004) nos conduz a compreensão do papel da política, e da necessidade de tornar aliados os cidadãos, trazendo-os para participar das decisões políticas e na construção das mesmas:

Neste cenário, as alternativas vislumbradas como opções de resgate do cidadão para um papel mais protagônico na política tem se materializado em estudos que propõem mecanismos de fortalecimento democrático via valorização da sociedade e do cidadão [...].

[...] é imperativo, além do processo eleitoral, associar os cidadãos comuns às decisões públicas. Pressupõe-se, outrossim, que estes tipos de democracia podem melhorar tanto a eficiência (governança e procedimento) quanto a dimensão substantiva (normativa) (BAQUERA, 2004, p.169).

Com base nesta percepção do cidadão e das funções inerentes à política é possível compreender de que forma a construção de uma política pública no Estado de Pernambuco foi pertinente ao propor os fóruns regionais, onde houve uma participação das comunidades na elaboração de diretrizes para que tal política fosse construída nos moldes democráticos.

Atendendo ao questionamento de ORTIZ (2003) trazemos este pensamento relevante para a compreensão da relação existente com a identidade e como ela surge como campo de estudo:

O estudo da identidade nos remete a uma distinção entre os movimentos sociais e manifestações culturais. Não resta dúvida de que a cultura encerra sempre uma dimensão de poder que lhe é interna. As manifestações populares podem ser, assim, analisadas em termos de poder [...].

[...] Considero a dimensão do político como imanente à vida social, e com isto quero dizer que as relações de poder penetram no domínio da esfera da cultura. Entretanto, o que é político (isto e relação de poder) nem sempre se atualiza enquanto política, o que implica aceitar que entre os fatos culturais e as manifestações propriamente políticas é necessário definir uma mediação. (ORTIZ, 2003, p.141-142)

São estas relações de poder, inerente ao social e às suas interrelações com a cultura, além do complexo entendimento entre o que é política e o que é político, que se torna imperativo aprofundar. Considera-se, enfim, que em uma comunidade suas manifestações populares, precisam e merecem ser entendidas e apropriadas como a representação de uma cultura, e que dessa forma sejam reinterpretadas, construídas.

Segundo AGUIAR (1980, p.84) “Uma política expressa uma idealização, mas também define estratégias de atuação e de transformação da realidade a fim de se alcançar objetivos pré-definidos”. Entende-se, portanto, o esforço das ações governamentais que visam à regulação e elaboração de políticas que possam beneficiar a vida social de comunidades mais populares. Ao investir em programas, o governo tem em mente um crescimento em longo prazo, no qual esta contida a certeza de que, cada vez mais, tornam-se necessários conhecimentos científicos que fundamentem os processos de tomadas de decisões dos

governos. Considera-se nessa proposta que é o governo que atua como formulador, financiador e executor de políticas e atividades de desenvolvimento.

A manutenção e a conservação de uma representatividade cultural em uma comunidade são entendidas como amparo, conforme o exposto por CUCHE (2002, p. 14): “A defesa da autonomia cultural é muito ligada à preservação da identidade coletiva. “Cultura” e “identidade” são conceitos que remetem a uma mesma realidade, vista por dois ângulos diferentes”.

Assim, essa abrangência no que se refere à preservação da identidade cultural será necessária, também, observar que: “[...] a cultura de um grupo social [...] não é compreensível sem a análise da trajetória histórica e da posição desse grupo no sistema mundial” (SANTOS, 1997, p. 148). Assim, esse entendimento do sistema mundial desloca-se para a realidade local dando sentido à trajetória da identidade, no qual a memória atuará dará sentido à identidade social da comunidade. Sendo a memória construída, as manifestações culturais também o serão, e nesse processo de construção está presente a informação para dar exterioridade e suporte material, constituindo-se então, de uma base importante para os atores sociais envolvidos.

Para discutir cultura MCGARRY (1999, p. 62) aponta que: “considera-se cultura como o complexo que inclui crenças, habilidades, artes, moral, costumes e aptidões físicas ou intelectuais adquiridas pela convivência em sociedade”. Da mesma forma Cuche (2002, p. 21) confirma o mesmo pensamento ao dizer que: “a cultura para eles, é a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo da sua história”.

Corroborando com o exposto, na perspectiva da informação (OLIVEIRA, 2007, p. 68, grifo nosso) indica:

[...] há uma necessidade de um transmissor e de um receptor, ainda que afastados no tempo e no espaço, enquanto o lugar de entendimento de cada sujeito vai determinar o significado. Ou seja, o significado não depende somente de quem transmite a informação; aqueles que a recebem vão interpretá-la de acordo com sua experiência e seu conhecimento. [...] adotamos que **a informação é um processo construído e reconstruído** pelo sujeito do conhecimento, a partir do contexto de suas relações sociais e sua visão de mundo. Consequentemente, *o objeto da informação* encontra-se no comportamento humano da sociedade.

Desta forma a compreensão da informação recebida por parte dos sujeitos estará, naturalmente, acrescida do seu conhecimento tácito, aquele que o indivíduo adquire no transcorrer da sua vida, fazendo parte da sua vivência e que é difícil de ser explicado, pois faz

parte de todos os dados e habilidades inerentes a ela. Agregando valor à cultura da comunidade, trazendo o conhecimento, a educação, a informação como instrumentos de melhoria na qualidade de vida.

Considerações finais

É passível de compreensão através dos estudos realizados até o momento, que a implementação de políticas de cultura e de informação poderá garantir a preservação de uma cultura local, de uma identidade que carrega em si a história dos acontecimentos dos sujeitos. Não se perderá de vista que, fazer uso da informação recebida, dependerá, exclusivamente, da opção de acesso e uso dessas informações. Para uma melhor compreensão do que se refere à política e à informação OLIVEIRA (2007, p 69) aponta que em certas comunidades mais populares, menos eruditas:

Está presente, igualmente, uma opção política por um tipo de informação. Supõe-se, como pressuposto, um processo de participação que assegure a interlocução, a crítica, o consenso e, fundamentalmente, a implementação de medidas de interesse coletivo e do próprio processo de organização. Fica esclarecido, então, que a luta simbólica, travada diariamente entre diferentes segmentos da sociedade, é orientada para produzir uma imagem pública positiva ou negativa e suscita a oportunidade para mais uma exposição por meio de outra perspectiva, a dimensão crítica. O que é extremamente relevante, quando se considera que, na sociedade que vivemos os instrumentos necessários para essa consciência crítica são negados a muitas pessoas.

MARTELETO (1986, p. 52) expõe com propriedade a importância que a informação, a educação e a busca pelo conhecimento, admitem nesse contexto: “O fluxo da informação, a maneira como ela é organizada e distribuída depende, pois direta ou indiretamente do papel da educação na sociedade”. Assim, ao abordarmos a busca por melhorias no conhecimento e no quadro social de uma comunidade estará entrelaçada com a educação, com a agregação de valor que a informação permite a uma comunidade, na qual o respeito a sua identidade cultural detém-se também nesse conhecimento. Isto porque, para garantir suas manifestações, a comunidade precisará de educação e de informação com adoção de estratégias eficientes que garantam a preservação da sua história, das suas manifestações culturais.

Diante da idéia do incentivo à educação como forma segura de transmissão de valores e como forma de garantir suas manifestações culturais, há que se entender, também que o social é construído por uma sociedade composta por uma diversidade de grupos sociais e esses, por sua vez, irá precisar do respaldo ideológico, que garanta a percepção de que o mundo

social é formado por uma realidade múltipla. Vivemos numa sociedade com novos anseios e valores, essa sociedade contemporânea é multicultural e informativa e está em constante transição de modelos político-social-econômico, cujo instrumento de mediação para o conhecimento gerador do desenvolvimento humano é a informação.

Surgida na onda de uma crise da sociedade ocidental, a capacidade da informação de reprodução ou de mudança, depende de como fiquem posicionados nos espaços de produção e distribuição do saber e da informação, os agentes coletivos que melhor expressem as demandas e condições de um uso social da informação. (GONZÁLEZ DE GOMES, 1987, p. 166)

A preocupação em definir o fenômeno informação na Ciência da Informação, sempre é uma constante, mas nesse estudo não é o centro da questão. Nossa preocupação tem sido compreender a construção da informação do ponto de vista do campo social, no qual que ela está inserida, essa informação está pautada em dimensões sociais e culturais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Afranio Carvalho. Coordenação de uma Rede Nacional de Informação em Ciência e Tecnologia: um plano prioritário do IBICT. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 9, n. 1-2, p. 83-88, 1980.

ARENDDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BAQUERA, Marcello. Formas alternativas de participação política ou naturalização normativa? Cultura política e capital social no Brasil. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**, v. 1, n. 5, 2004. Florianópolis: UFSC: Cidade Futura, 2004.

BOBBIO, Noberto. **Política**. Disponível em: <<http://recantodasletras.uol.com.br/resenhas/649383>>. Acesso em 14 mar. 2011.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 12. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao_compilado.htm>. Acesso em 12 jan. 2011.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2.ed. Bauru: EDUSC, 2002. 256p.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Córdélia Robalinho de Oliveira. Economia baseada no conhecimento: economia da informação. In: _____. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Brinquet de Lemos, 2008. p. 138.

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICOS DE PERNAMBUCO. Funcultura. **Conheça o Funcultura**. Disponível

em:<http://www.fundarpe.pe.gov.br/fomento_funcultura_destaque.php>. Acesso em 20 jan. 2011.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O Papel do Conhecimento e da Informação nas Formações Políticas Ocidentais. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v.16, n.2, p. 157-167, jul/dez. 1987.

HAM, C.; HILL, M. **O processo de elaboração de políticas no estado capitalista moderno**. Tradução R. Dagnino e R. Amorim. Campinas: GAPI; UNICAMP, 1993.

MARTELETO, Regina Maria. Educação e Informação: a distribuição da informação na sociedade. **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, v.1, n.86, p.46-60, jul./set. 1986.

McGARRY, K.J. **O contexto dinâmico da informação**. Brasília, DF: Brinquet de Lemos, 1999.

OLIVEIRA, J. A. P. de. **Desafios do planejamento em Políticas Públicas: diferentes visões e práticas**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/sicelo.php>>. Acesso em: 23 set. 2007.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PEREIRA, Fernanda Maria Cerqueira. **Cultura erudita e popular e identidade nacional**. Disponível em: < http://api.ning.com/files/dS1f4VQAsYbaMwnfLsk6xV*uPD-JbTZVr17SwtMRZ51kqFX12ww93dKxRhtqgJMLwuV5AyaCAmCzwUI2G2OfydtKsk-tWBn3/oviolaonasociedadecarioca.pdf>. Acesso em 10 mar. 2011.

PEREIRA, Potyara A. Discussões conceituais e direito à cidadania. In: _____. **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 87-108.

_____. A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais. In: CAPACITAÇÃO em serviço social e política social: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999. 129p.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pelas mãos de Alice: o social e o político na pósmodernidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.